

**Filosofia Unisinos***Unisinos Journal of Philosophy*

26(1): 1-14, 2025 | e26107

Nome dos editores responsáveis pela avaliação:

Inácio Helfer

Leonardo Marques Kussler

Luís Miguel Rechiki Meirelles

Unisinos – doi: 10.4013/fsu.2025.261.07

## Artigo

## Realismo moral nos *Principia Ethica* de G. E. Moore

Moral Realism in G. E. Moore's *Principia Ethica***Jaqueline Stefani**<https://orcid.org/0000-0002-2421-4965>Universidade de Caxias do Sul – UCS, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Letras, Caxias do Sul, RS, Brasil. E-mail: [jaquelinestefani@yahoo.com.br](mailto:jaquelinestefani@yahoo.com.br)**Wallace da Silva Carvalho**<https://orcid.org/0009-0005-5964-020X>Universidade de Caxias do Sul – UCS, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Caxias do Sul, RS, Brasil. E-mail: [jrcarvalho@gmail.com](mailto:jrcarvalho@gmail.com)**RESUMO**

O propósito geral desta investigação é analisar o realismo moral de G. E. Moore nos *Principia Ethica*. Na seção 2, mostram-se os argumentos que fundamentam a investigação ética na pergunta “o que é bom?”, sendo “bom” apresentado como um conceito simples e indefinível. Em seguida, nas seções 3 e 4, discute-se a noção de falácia naturalista e o argumento da questão aberta, respectivamente. Nessas últimas seções reside o cerne deste artigo e seu propósito mais específico. Pretende-se investigar se as críticas de Frankena são suficientes para refutar Moore e se o argumento da questão aberta incorre em petição de princípio. Conclui-se que não há propriamente petição de princípio nesse argumento. A premissa que aduz ser sempre uma questão aberta aquela que pergunta, dado um  $x$  qualquer com uma propriedade natural (ou metafísica)  $N$ , se  $x$  também possui a propriedade  $G$  (“bom”), se fundamenta na impossibilidade de análise filosófica das proposições que estabelecem uma relação de identidade entre as propriedades  $G$  e  $N$ , pois tais proposições parecem ser sempre sintéticas. Essa premissa é, no mínimo, plausível - em vista da análise conduzida por Moore nos *Principia* em relação à tradição filosófica precedente - e é nisso que reside sua força.



**Palavras-chaves:** realismo moral, objetivismo, metaética, falácia naturalista, argumento da questão aberta.

## ABSTRACT

The general purpose of this investigation is to analyze G. E. Moore's moral realism in *Principia Ethica*. In section 2, the arguments that underpin ethical investigation on the question "what is good?", with "good" presented as a simple and undefinable concept, are shown. Then, in sections 3 and 4, the notion of the naturalistic fallacy and the open question argument are discussed, respectively. The core of this article and its more specific purpose lie in these latter sections. It aims to investigate whether Frankena's criticisms are sufficient to refute Moore and whether the open question argument involves begging the question. It concludes that there is no actual begging of the question in this argument. The premise that it is always an open question whether, given any  $x$  with a natural (or metaphysical) property  $N$ ,  $x$  also has the property  $G$  ("good"), is based on the impossibility of philosophical analysis of propositions that establish an identity relation between the properties  $G$  and  $N$ , as such propositions always seem to be synthetic. This premise is, at the very least, plausible—considering Moore's analysis in *Principia* based on the philosophical tradition that preceded him—and therein lies its strength.

**Keywords:** moral realism, objectivism, metaethics, naturalistic fallacy, open question argument.

## 1 Introdução

As questões mais prementes sobre a moral dizem respeito ao seu estatuto ontológico e à sua própria condição de possibilidade, que concernem ao campo investigativo da metaética: Qual a natureza do discurso moral? Os valores morais pressupostos por esse discurso fazem jus à pretensão de prescritividade que lhes são atribuídos? Em caso positivo, como é possível justificar a emissão de juízos morais, inerente e irreduzivelmente prescritivos, em um mundo factual, onde não se observam quaisquer resquícios de normatividade? Ou seja, como é possível extrair fatos morais de fatos empíricos?

Há duas estratégias argumentativas que são imediatamente óbvias e levam a respostas quase diametralmente opostas às perguntas acima. A primeira é arguir que os valores morais são entidades ou propriedades objetivas, e que o discurso moral é legítimo justamente por se fundamentar em tais valores. Nesse caso, enfrentam-se os difíceis problemas de se explicar o que são exatamente tais entidades ou propriedades objetivas e de se justificar a normatividade dos valores morais, cujas respostas dependem de qual teoria se leva em consideração. Essa estratégia pode ser associada com a corrente realista da metaética. A segunda é sustentar que o discurso moral não tem bases sólidas, consistindo em um discurso equivocado ou destituído de sentido. Nesse último caso, os valores morais não existem de fato, ou existem apenas enquanto convenções até certo ponto arbitrárias, sem força normativa intrínseca. Essa última estratégia pode ser associada com o relativismo moral, por exemplo.

Neste artigo pretende-se examinar o realismo moral,<sup>1</sup> conforme defendido pela teoria de G. E.

<sup>1</sup> É importante observar que a expressão "realismo moral" pode se referir a uma ampla gama de posições distintas. Sensen (2014, p. 13-14) cita uma definição semântica de realismo moral, devida a Sayre-McCord, consistindo em duas teses: (1) as proposições morais são literalmente verdadeiras ou falsas (cognitivismo); e (2) algumas são literalmente verdadeiras. Essa definição, conforme Sensen (2014, p. 14), apresenta o problema de ser muito abrangente e de considerar como realistas teorias expressionistas, em que a propriedade "moralmente errado" é atribuída a algo em relação ao qual exibimos sentimento de reprovação, por exemplo. Esse certamente não é o caso da teoria de Moore, que é realista em um sentido ontológico da moralidade e, portanto, mais restrito: para Moore, a moral é objetiva e existe independentemente de quaisquer perspectivas que possamos ter acerca de seus preceitos e/ou do mundo.

Moore nos *Principia Ethica*,<sup>2</sup> talvez o mais célebre exemplo da primeira estratégia citada no parágrafo anterior. Para a consecução desse fim, serão analisados os parágrafos iniciais daquela obra, em que “bom” é apresentado como um conceito simples e indefinível, e onde são introduzidos a noção de “falácia naturalista” e o argumento da questão aberta. Em especial, procura-se aqui investigar o seguinte: Seriam as críticas clássicas ao argumento da questão aberta suficientes para rechaçar o realismo moral de Moore? O argumento da questão aberta incorreria de fato em petição de princípio?<sup>3</sup>

## 2 Objeto de investigação da Ética

O ponto de partida dos *Principia* é a definição de Ética. Moore pretende identificar qual é o objeto de investigação peculiar da Ética, aquilo que lhe é mais próprio e essencial. Para esse fim, elenca inicialmente uma série de juízos, proposições e questões que considera pertinentes à Ética, como “Fulano é um bom homem”, “O que devo fazer?”, “Temperança é uma virtude e embriaguez um vício”. Além disso, afere que quaisquer declarações envolvendo os termos “virtude”, “vício”, “certo”, “errado”, “bom”, “mau”, “obrigação” pertencem ao âmbito da investigação ética (Moore, 1993, p. 53, §1). Mas, então, em vista disso, o que seria comum a tais declarações, juízos e questões?

Em uma primeira aproximação, poder-se-ia talvez afirmar que a Ética se ocupa da boa (em um sentido moral) conduta humana, pois quando nos perguntamos acerca do que é o correto a se fazer, ou qual seria nossa obrigação moral em uma dada circunstância, estamos nos referindo a uma conduta. Entretanto, embora Moore reconheça que a boa conduta humana é um objeto próprio de investigação ética, há algo ainda mais essencial. Como fica claro a partir de um juízo moral do tipo “Fulano é um bom homem”, “bom” é uma propriedade<sup>4</sup> que se atribui não apenas a condutas, mas também a sujeitos, por exemplo. Por considerações similares a essa (Moore, 1993, p. 54-55, §2), Moore conclui que a questão mais fundamental da Ética é: “O que é bom?”<sup>5</sup>, não no sentido de investigar o que é “bom” em circunstâncias particulares, mas em um sentido mais geral, de investigar o que significa dizer que algo é “bom”, *i.e.*, qual a definição de “bom”:

*Essa é uma investigação à qual deve ser dirigida a mais especial atenção; uma vez que essa questão, como “bom” pode ser definido, é a questão mais fundamental em toda a Ética. O que se quer dizer por “bom” é, na verdade, exceto por seu contrário, “mau”, o único objeto simples do pensamento que é peculiar da Ética. Sua definição é, portanto, o ponto mais essencial na definição da Ética; e, além disso, um erro acerca dela provoca um número maior de juízos éticos errôneos do que qualquer outro. A não ser que essa primeira questão seja completamente com-*

<sup>2</sup> Este artigo se restringe à análise da teoria presente nos *Principia Ethica*. Não serão objeto de análise outras obras de Moore. Essa perspectiva, embora restrita, apresenta a vantagem de tornar claras as possíveis deficiências da teoria original de Moore, e as razões para que ele tenha tentado, em obras posteriores, revisá-la.

<sup>3</sup> Tem-se em vista aqui a crítica clássica de Frankena (1976), que influenciou fortemente toda a tradição posterior de objeções ao realismo moral de Moore. Essa crítica será discutida nas seções 3 e 4 deste artigo.

<sup>4</sup> Neste artigo não será feita distinção entre “propriedade” e “conceito”, pois o próprio Moore (1993), nos *Principia*, parece se referir a “bom” ora como conceito, ora como propriedade. É claro que, ao não fazer tal distinção, Moore sofreu duras críticas. Por exemplo, ao criticar o argumento da questão aberta (ver seção 4 do presente artigo), Putnam (1981, p. 208) afirma que, da não sinonímia de palavras (sendo o conceito “bom” distinto do conceito de “prazer”, por exemplo), nada se segue acerca da não identidade de propriedades (não é possível afirmar que as propriedades “bondade” e “prazeroso” sejam distintas).

<sup>5</sup> Hurka (2003, p. 601-614) faz uma interessante contextualização histórica da teoria metaética de Moore, conforme apresentada nos *Principia*, esclarecendo quais pressupostos dessa teoria são compartilhados por alguns de seus predecessores, como Sidgwick, Brentano, Rashdall e McTaggart, e em quais pontos a teoria de Moore deles diverge. Cabe aqui destacar a originalidade de Moore ao tomar “bom” como conceito ético fundamental, quando Sidgwick e Rashdall, por exemplo, consideravam as noções de “dever” ou “dever ser”, respectivamente, como conceitos éticos fundamentais. De outro lado, a ideia de Moore de considerar o fundamento da ética como uma propriedade não natural e indefinível (como será visto a seguir) parece em grande parte devida aos seus predecessores.

*preendida, e sua resposta correta claramente reconhecida, o resto da Ética é inútil do ponto de vista do conhecimento sistemático. (Moore, 1993, p. 57, §5)<sup>6</sup>*

A partir disso, Moore se propõe a discutir em que sentido considera que “bom” deve ser definido. Esclarece que não está preocupado com o uso linguístico da palavra. Qualquer definição que se proponha meramente a substituir “bom” por outras palavras que não conduzam à essência de “bom” é irrelevante para a Ética. A pergunta fundamental acerca da definição de “bom” trata de identificar a natureza dessa propriedade (Moore, 1993, p. 58, §6). Trata-se, portanto, de uma investigação ontológica.

A resposta a essa investigação é fornecida de início. Moore afirma que “bom” não pode ser definido:

*Se me perguntam “O que é ‘bom’?”, minha resposta é que bom é bom, e isso encerra a questão. Ou se me perguntam “Como se deve definir ‘bom’?”, minha resposta é que não se pode defini-lo, e isso é tudo que tenho a dizer. Mas embora possam parecer desapontadoras, essas respostas têm o grau de importância mais elevado. Para os leitores familiarizados com a terminologia filosófica, posso expressar sua importância ao dizer que essas respostas se resumem a isso: Que todas as proposições sobre “bom” são sintéticas, e nunca analíticas; e isso não é trivial, de modo algum. (Moore, 1993, p. 58, §6).<sup>7</sup>*

Para compreender adequadamente esse trecho é necessário ter em vista a distinção entre proposições analíticas e sintéticas. Uma proposição analítica é aquela que decompõe um conceito em suas notas características. Um exemplo comumente fornecido é a proposição  $p$ : “solteiro é um homem não casado”. Essa proposição expressa uma definição do conceito “solteiro”, traçando um claro critério de demarcação que permite distinguir esse conceito dos demais. Além disso, toda proposição analítica estabelece uma relação de identidade, que pode ser expressa formalmente por um bicondicional.<sup>8</sup> No exemplo anterior, sejam os predicados  $S$ : “solteiro”,  $H$ : “homem” e  $C$ : “casado”, tem-se que  $p$ :  $x$ .  $Sx$  ( $Hx \wedge \sim Cx$ ). Isso faz com que seja indiferente, em um dado discurso, o uso do conceito “solteiro” ou o uso da expressão “homem não casado”. Diz-se, portanto, que toda proposição analítica é: i) tautológica, pois, ainda conforme aquele exemplo, se alguém é “solteiro”, necessariamente será um “homem não casado”; e caso não seja “solteiro”, necessariamente **não** será um “homem não casado” (mais precisamente,  $p$  é sempre verdadeira); e ii) *a priori*, pois tem seu significado estabelecido por considerações que independem do mundo natural, a partir de uma análise estrutural dos elementos da própria proposição. De outro lado, uma proposição sintética é aquela em que um determinado conceito tem o seu significado estendido para além de suas notas características. Suponha-se, por exemplo, a proposição  $q$ : “água é  $H_2O$ ” (ou “água é composta por moléculas de  $H_2O$ ”). Embora não seja tão simples nesse caso apontar exatamente quais são as notas características do conceito de  $A$ :

<sup>6</sup> “It is an enquiry to which most special attention should be directed; since this question, how “good” is to be defined, is the most fundamental question in all Ethics. That which is meant by “good” is, in fact, except its converse “bad,” the only simple object of thought which is peculiar to Ethics. Its definition is, therefore, the most essential point in the definition of Ethics; and moreover a mistake with regard to it entails a far larger number of erroneous ethical judgments than any other. Unless this first question be fully understood, and its true answer clearly recognised, the rest of Ethics is as good as useless from the point of view of systematic knowledge”.

<sup>7</sup> “If I am asked ‘What is good?’ my answer is that good is good, and that is the end of the matter. Or if I am asked ‘How is good to be defined?’ my answer is that it cannot be defined, and that is all I have to say about it. But disappointing as these answers may appear, they are of the very last importance. To readers who are familiar with philosophic terminology, I can express their importance by saying that they amount to this: That propositions about the good are all of them synthetic and never analytic; and that is plainly no trivial matter”.

<sup>8</sup> A relação de identidade pressuposta em proposições analíticas é na verdade mais forte do que aquela expressa pelo bicondicional. Toda relação de identidade implica bicondicionalidade, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro. Por exemplo, sejam as proposições  $p$ : “O triângulo ABC tem dois lados iguais” e  $q$ : “O triângulo ABC tem dois ângulos iguais”, tem-se que  $p \leftrightarrow q$ , embora  $p$  e  $q$  não sejam idênticas. Por simplicidade, neste artigo, as proposições analíticas serão formalizadas por um bicondicional.

“água” (se é que existam), suponha-se, para fins argumentativos, que essas notas sejam L: “líquido”, S: “insípido”, C: “incolor” e O: “inodoro”, de modo que a definição de água (uma proposição analítica) possa ser expressa pela formalização  $w: x. Ax (Lx \wedge Sx \wedge Cx \wedge Ox)$ . Ora,  $q$  expressa uma propriedade de “água” que não está presente entre as notas características desse conceito. Tal propriedade, portanto, não é intrínseca ao conceito e não pode ser verificada *a priori*, mas apenas *a posteriori*, por métodos empíricos. Por isso, diz-se que  $q$  não é tautológica, mas contingente, pois pode ou não ser verdadeira, uma vez que o seu valor de verdade depende de verificação empírica (em princípio, não há necessidade lógica de que a água seja composta por moléculas de  $H_2O$ , embora tal fato hoje nos pareça trivial, devido ao desenvolvimento do conhecimento científico). Obviamente, a distinção entre proposições analíticas e sintéticas é muito anterior a Moore. A teoria crítica de Kant notoriamente fundamenta-se nessa distinção.

É importante ressaltar, entretanto, que nos trechos citados anteriormente, Moore faz uso de pressupostos que não resultam imediatamente da mera distinção entre proposições analíticas e sintéticas: 1) de que é possível, pelo menos em alguns casos, apontar quais são as notas características de um determinado conceito; 2) de que existe, pelo menos em alguns casos, uma correspondência entre: a) um conceito, de um lado, e algo que instancia esse conceito, de outro lado; e b) entre as notas características desse conceito, de um lado, e algo que instancia cada uma dessas notas características, de outro lado; 3) A partir de 1) e 2), supõe que a investigação ontológica, em que se procura dizer qual é a essência de algo, consiste em determinar qual é a definição do conceito que corresponde a esse algo, apontando suas notas características; portanto, tal definição deve ser uma proposição analítica e, como existe uma simetria especular entre o conceito e suas instâncias, ao se definir um conceito, apontam-se não apenas as notas características desse conceito, mas também os traços essenciais que perpassam todas as suas instâncias.<sup>9</sup> Moore esclarece a seguir o motivo pelo qual não é possível definir “bom” no sentido pretendido:

*Meu ponto é que “bom” é uma noção simples, assim como “amarelo” é uma noção simples; que, assim como você não pode, por qualquer meio, explicar a alguém que ainda não o saiba, a essência de amarelo, do mesmo modo você não pode explicar a essência de bom. Definições do tipo que demandei anteriormente, que descrevem a natureza real do objeto ou noção denotada por uma palavra, e que não meramente nos dizem como a palavra é normalmente usada, apenas são possíveis quando o objeto ou noção em questão é algo complexo. Você pode fornecer uma definição de cavalo, porque um cavalo tem várias propriedades e qualidades, todas as quais você consegue enumerar. Mas após ter enumerado todas elas, quando você decompôs um cavalo em seus termos mais simples, então você não mais é capaz de definir tais termos. Eles são simplesmente coisas que você pensa ou percebe, e para qualquer um que não pode pensá-los ou percebê-los, você não consegue, por qualquer definição, tornar sua natureza conhecida. (Moore, 1993, p. 59, §7).<sup>10</sup>*

<sup>9</sup> É interessante observar que tais pressuposições também não são exclusivas da teoria de Moore, mas formam as bases de uma parte significativa da tradição filosófica que o antecedeu. Também está presente em teorias filosóficas posteriores. A teoria da figuração da primeira fase de Wittgenstein (*Tractatus*), por exemplo, que sugere haver um isomorfismo entre a estrutura da linguagem e a estrutura do mundo pode inclusive ter sido influenciada por Moore, a quem Wittgenstein reconhecidamente admirava. Também é possível notar outras influências de Moore no *Tractatus*, como nas noções de conceitos e objetos simples, conforme será discutido nos parágrafos seguintes.

<sup>10</sup> “My point is that “good” is a simple notion, just as “yellow” is a simple notion; that, just as you cannot, by any manner of means, explain to any one who does not already know it, what yellow is, so you cannot explain what good is. Definitions of the kind I was asking for, definitions which describe the real nature of the object or notion denoted by a word, and which do not merely tell us what the word is used to mean, are only possible when the object or notion in question is something complex. You can give a definition of a horse, because a horse has many properties and qualities, all of which you can enumerate. But when you have reduced a horse to his simplest terms, then you can no longer define those terms. They are simply something which you think of or perceive, and to any one who cannot think of or perceive them, you can never, by any definition, make their nature known”.

“Bom” não pode ser definido, conforme Moore, porque é uma noção simples. Mas o que exatamente isso significa? Consideremos novamente a definição de “solteiro” expressa pela proposição analítica “solteiro é um homem não casado”. “Solteiro” é uma noção complexa porque pode ser decomposta nos termos “homem” e “não casado”. Mas esses termos também são complexos. É relativamente fácil perceber isso, pois conseguimos conceber algum meio de explicá-los, expondo seus traços essenciais por meio de outras propriedades e qualidades. Assim, por exemplo, podemos dizer que a definição de “homem” é “animal racional”, e que a definição de “não casado” é “alguém que não contraiu matrimônio”.<sup>11</sup> Novamente, “animal”, “racional”, “contrair matrimônio” são ainda noções complexas, que podem ser expressas por outras propriedades ou qualidades essenciais, seguindo o procedimento anterior. Mas isso não pode ser repetido *ad infinitum*: deve haver um momento em que são obtidas propriedades ou qualidades simples, irreduzíveis; de modo que a definição de “solteiro”, ao término desse procedimento, pode ser expressa por propriedades ou qualidades simples. Embora Moore não forneça uma lista exaustiva de noções simples - o que seria, de qualquer modo, tarefa impossível, pois parece haver um “número indefinido de tais termos” (Moore, 1993, p. 61, §10) -, cita como exemplo, além de “bom”, “amarelo”. É impossível definir “amarelo”, pois não há propriedades ou qualidades outras por meio das quais possamos expressar a essência de “amarelo”. Um critério para se identificar, portanto, noções simples como “bom” e “amarelo” é que somos incapazes de explicá-las a alguém que não tenha a capacidade de “pensá-las ou percebê-las”.<sup>12</sup>

### 3 Sobre a falácia naturalista

A noção de “amarelo” é usada por Moore para ilustrar aquilo que ele denomina “falácia naturalista”, uma falha argumentativa que atribui a diversos filósofos morais que o precederam. Qualquer tentativa de definir “amarelo” por suas características naturais - por exemplo, como uma onda eletromagnética com um determinado comprimento de onda - não é uma definição em sentido próprio (ontológico), porque “amarelo” é uma noção simples e indefinível.<sup>13</sup> O máximo que se poderia dizer acerca de uma tal onda eletromagnética seria que ela “corresponde no espaço àquilo que nós percebemos como amarelo”:

*No entanto, um engano desta espécie simples tem sido cometido comumente a respeito de “bom”. Pode ser verdade que todas as coisas que são boas sejam **também** uma outra coisa, assim como é verdade que todas as coisas que são amarelas produzem uma certa espécie de vibração na luz. E é um fato que a Ética visa descobrir quais são aquelas outras propriedades pertencentes a todas as coisas que são boas. Mas demasiados filósofos pensaram que quando eles nomearam aquelas outras propriedades eles estavam definindo bom; que aquelas outras propriedades, de fato, não eram simplesmente “outro”, mas absoluta e inteiramente o mesmo que bondade. A essa visão proponho chamar de “falácia naturalista” e sobre ela agora passo a discorrer. (Moore, 1993, p. 62, §10)<sup>14</sup> (grifo do autor).*

<sup>11</sup> Note-se que, embora possamos facilmente conceber que deve haver algum meio de definir “homem” e “não casado” por meio de outras propriedades, essas definições não são fáceis de se obter. Os exemplos fornecidos são apenas ilustrativos e não têm qualquer pretensão de serem as definições corretas desses termos.

<sup>12</sup> Por esse critério, outras noções simples, além das noções morais de “bom” e “mau”, seriam quaisquer objetos da percepção imediata, como cores e sensações (por exemplo, prazer). As noções de “tempo” e “espaço”, consideradas por Kant como “intuições a priori”, também parecem cumprir esse critério. Pode-se talvez sustentar que noções referentes a reflexos de segunda ordem de sensações, como sentimentos, também sejam simples no sentido pretendido por Moore (não é possível explicar a alguém incapaz de amar, o que o amor é; tampouco parece possível fornecer uma definição de “amor” que reduza esse termo a outras propriedades essenciais mais simples).

<sup>13</sup> Pode-se dizer, portanto, que a essência de uma noção simples, como “amarelo”, é incomunicável.

<sup>14</sup> “Yet a mistake of this simple kind has commonly been made about “good.” It may be true that all things which are good are **also** something else, just as it is true that all things which are yellow produce a certain kind of vibration in the light. And it is a fact, that Ethics aims at discovering what are those other properties belonging to all things which are good. But far too many philosophers have thought that when they named those other properties they were actually defining good; that these properties, in fact, were simply not “other,” but absolutely and entirely the same with goodness. This view I propose to call the “naturalistic fallacy” and of it I shall now endeavour to dispose”.

Até aqui, parece que Moore chama de “falácia naturalista” a toda e qualquer tentativa de definir no sentido próprio (ontológico) uma propriedade simples, que é indefinível, recorrendo-se a outras propriedades; ou seja, há pelo menos dois erros envolvidos nessa suposta “falácia”: i) tenta-se definir algo que não pode ser definido; ao fazê-lo ii) confundem-se uma ou mais propriedades com a propriedade simples, ao se estabelecer uma relação de identidade inidônea entre aquelas e essa última.<sup>15</sup>

O motivo pelo qual Moore opta por chamar esses erros de “falácia naturalista” é dado no seguinte trecho:

*Quando um homem confunde dois objetos naturais um com o outro, definindo um pelo outro, se, por exemplo, ele confunde a si próprio, um objeto natural, com “satisfeito” ou com “prazer”, que são outros, então não há razão para chamar essa falácia de naturalista. Mas se ele confunde “bom”, que não é um objeto natural nesse mesmo sentido, com qualquer outro objeto natural, então há uma razão para chamar isso de falácia naturalista; essa falácia, no que se refere a “bom”, é algo muito específico, e esse erro específico merece um nome porque é tão comum. **Sobre as razões pelas quais bom não deve ser considerado um objeto natural, elas podem ser reservadas para discussão em outro lugar.** Mas, no presente, é suficiente perceber isso: Mesmo se fosse um objeto natural, isso não alteraria a natureza da falácia ou diminuiria sua importância. Tudo que eu disse sobre ela permaneceria válido da mesma forma: apenas o nome que usei não seria tão apropriado como acho que é. (Moore, 1993, p. 65, §12)<sup>16</sup> (**grifo nosso**).*

O excerto acima parece então mostrar que aquilo que Moore chama de “falácia naturalista” na verdade se refere especificamente à propriedade “bom”. Mas, se esse é de fato o caso, há pelo menos três erros envolvidos nessa suposta “falácia”. Reformulando a análise conduzida há dois parágrafos atrás, a “falácia naturalista” seria toda e qualquer tentativa de definir no sentido próprio (ontológico) “bom”, uma propriedade simples (indefinível) **e não natural**, recorrendo-se a propriedades naturais. Não há apenas dois, mas pelo menos três erros envolvidos: i) tenta-se definir algo que não pode ser definido; ao fazê-lo, ii) confundem-se uma ou mais propriedades com uma propriedade simples (“bom”); e iii) confundem-se propriedades naturais com uma propriedade **não natural** (“bom”), estabelecendo-se uma relação de identidade inidônea entre aquelas e essa última.

Há uma certa falta de rigor na definição de “falácia naturalista”, conforme proposta por Moore. Em primeiro lugar, a opção pelo termo “falácia” é inexata. Toda falácia se refere a uma estrutura argumentativa inválida, mas esse não é necessariamente o caso de um argumento qualquer que faz uso de uma definição de “bom” em termos de propriedades naturais. Um exemplo é fornecido por Frankena (1976, p. 4) em relação ao argumento epicurista:

- (a) O prazer é buscado por todas as pessoas.
- (b) Aquilo que todas as pessoas buscam é bom (por definição).
- (c) Logo, o prazer é bom.

<sup>15</sup> Note-se que a propriedade simples usada nesse primeiro exemplo por Moore, a noção de “amarelo”, é uma propriedade natural. Embora Moore não esclareça propriamente a distinção entre propriedades naturais e não naturais nos *Principia*, talvez ela esteja relacionada com a distinção feita por Hume entre “ser” e “dever ser”. Ver discussão nos parágrafos finais desta seção.

<sup>16</sup> “When a man confuses two natural objects with one another, defining the one by the other, if for instance, he confuses himself, who is one natural object, with “pleased” or with “pleasure” which are others, then there is no reason to call the fallacy naturalistic. But if he confuses “good,” which is not in the same sense a natural object, with any natural object whatever, then there is a reason for calling that a naturalistic fallacy; its being made with regard to “good” marks it as something quite specific, and this specific mistake deserves a name because it is so common. As for the reasons why good is not to be considered a natural object, they may be reserved for discussion in another place. But, for the present, it is sufficient to notice this: Even if it were a natural object, that would not alter the nature of the fallacy nor diminish its importance one whit. All that I have said about it would remain quite equally true: only the name which I have called it would not be so appropriate as I think it is”.

Esse argumento é formalmente válido. Isso significa que, caso as premissas (a) e (b) sejam verdadeiras, a conclusão (c) também será verdadeira, necessariamente, devido à própria estrutura lógica do argumento. Moore chama de “falácia naturalista” o uso da premissa (b), pois “bom” é uma propriedade simples e não natural que não pode ser definida em termos de propriedades naturais. Entretanto, nesse caso, não se pode rigorosamente dizer que o argumento é falacioso, mas apenas que a premissa (b) é falsa (e, para isso, é preciso antes mostrar que “bom” é uma propriedade simples e/ou não natural).

Outro problema com a definição de “falácia naturalista” é a afirmação de que “bom” não é uma propriedade natural. Toda a argumentação que precede o §12 dos *Principia* não faz qualquer menção a “bom” ser uma propriedade não natural. O erro fundamental de quem comete a “falácia naturalista” parece mais relacionado com o fato de “bom” ser uma propriedade simples e que, portanto, não pode ser definida. Note-se que, sendo “bom” uma propriedade simples, também seria um erro tentar definir “bom” por meio de propriedades metafísicas (por exemplo, “bom” é tudo aquilo que segue a vontade divina). Assim, Moore também atribui a “falácia naturalista” a sistemas de “Ética Metafísica”, embora, para evitar confusão (e severas críticas de seus opositores), talvez devesse ter optado por outra expressão nesse caso. Frankena (1976, p. 6) diz que

*Aqui, o Sr. Moore deveria ter adicionado que, quando alguém confunde “bom”, que não é um objeto ou qualidade metafísica, com qualquer objeto ou qualidade metafísica, como moralistas metafísicos os fazem, de acordo com ele, então a falácia deveria ser chamada de falácia metafísica. Em vez disso, ele também a chama de falácia naturalista nesse caso, embora ele reconheça que o caso é diferente, já que propriedades metafísicas são não naturais - um procedimento que confundiu muitos leitores dos Principia Ethica.<sup>17</sup>*

As razões para “bom” não ser uma propriedade natural não são devidamente exploradas nos *Principia*, mas, conforme Frankena (1976, p. 2-3), parece estar fundamentada na distinção entre juízos descritivos e normativos presente em célebre trecho do *Tratado da Natureza Humana* de David Hume:

*Não posso deixar de adicionar a esses raciocínios uma observação, que pode, talvez, ser de alguma importância. Em todo sistema moral que encontrei até o momento, sempre percebo que o autor procede por algum tempo no modo de raciocínio usual, e estabelece o ser de um Deus, ou faz observações acerca de assuntos humanos; quando de repente sou surpreendido ao descobrir que, em vez da usual cópula de proposições, é, e não é, há uma transição para proposições conectadas apenas por um deve, ou um não deve. A mudança é imperceptível; mas é, entretanto, da maior consequência. Pois, uma vez que esse deve, ou não deve, expressa uma nova relação ou afirmação, é necessário que isso tenha sido observado ou explicado; e ao mesmo tempo, uma razão deveria ter sido fornecida a algo que, de outro modo, parece deveras inconcebível, como essa nova relação pode ser uma dedução de outras, que diferem inteiramente dela. Mas como os autores não fazem comumente esse tipo de precaução, devo presumir que seja recomendada aos leitores; e estou persuadido que essa pequena atenção subverteria todos os sistemas vulgares de moralidade, e nos permita enxergar que a distinção entre vício e virtude não se encontra meramente nas relações entre objetos, nem pode ser concebida pela razão. (T 3.1.1.27).<sup>18</sup>*

<sup>17</sup> “Here Mr. Moore should have added that, when one confuses ‘good’, which is not a metaphysical object or quality, with any metaphysical object or quality, as metaphysical moralists do, according to him, then the fallacy should be called the metaphysical fallacy. Instead he calls it a naturalistic fallacy in this case too, though he recognizes that the case is different since metaphysical properties are non-natural - a procedure which has misled many readers of *Principia Ethica*”.

<sup>18</sup> “I cannot forbear adding to these reasonings an observation, which may, perhaps, be found of some importance. In every system of morality, which I have hitherto met with, I have always remark’d, that the author proceeds for some time in the ordinary way of reasoning, and establishes the being of a God, or makes observations concerning human affairs; when of a sudden I am surpriz’d to find, that instead of the usual copulations of propositions, is, and is not, I meet with no proposition that is not connected with an ought, or an ought not. This change is imperceptible; but is, however, of the last consequence. For as this ought, or ought

Portanto, Moore parece tratar como naturais todas aquelas propriedades que se referem a características de objetos presentes no mundo natural e que apenas descrevem como esses objetos se apresentam a nós nesse mundo. Em outras palavras, propriedades naturais apenas descrevem como as coisas são. A propriedade não natural “bom” não seria, assim, meramente descritiva.

Para Sidgwick (1962, p. 34), em quem se pode notar mais facilmente a influência do citado trecho de Hume, a nota distintiva das propriedades morais seria sua normatividade: “[...] quando falo da cognição ou juízo ‘X deve ser feito’ - no sentido mais estritamente moral do termo deve - como um ‘dita-do’ ou ‘preceito’ da razão para as pessoas com as quais se relaciona [...]”.<sup>19</sup> Ou seja, juízos morais não apenas descrevem como as coisas são, mas determinam como as coisas deveriam ser (ao se dizer que “fulano é mau”, não apenas se está descrevendo um fato natural, de que “fulano”, neste mundo, “é mau”, mas também se está emitindo um juízo valorativo, carregado de censura, prescrevendo, implicitamente, que fulano não deveria ser assim). Poder-se-ia dizer, nesse caso, embora Sidgwick (1962) não o faça, que os juízos morais tratam de propriedades não naturais, que não apenas descrevem como as coisas são, mas possuem normatividade intrínseca.

Entretanto, não é tão simples de se determinar aquilo que torna a propriedade “bom” não natural, pois Moore, em nenhum momento, faz referência à distinção humeana entre ser e dever ser. É plausível, como afirmou Frankena (1976), que tivesse a teoria de Hume em vista, que provavelmente influenciou seus predecessores.<sup>20</sup> Porém, na falta de um indício textual explícito a esse respeito, trata-se apenas de uma conjectura. A resposta ao problema parece residir na concepção de Moore de que, quando algo é “bom”, possui valor intrínseco. Darwall (2003, p. 470), por exemplo, sustenta que a plausibilidade dos argumentos de Moore está fundamentada em sua dependência de uma pressuposta normatividade de valor intrínseco.<sup>21 22</sup>

## 4 Argumento da questão aberta

O principal argumento de Moore a fim de mostrar que “bom” é uma propriedade simples é o “argumento da questão aberta”.<sup>23</sup> Qualquer definição de “bom” que se possa fornecer não é uma redução a outras propriedades (*i.e.*, não é uma proposição analítica), uma vez que, qualquer que seja essa definição,

*sempre se pode perguntar, significativamente, do complexo assim definido, se tal complexo é ele próprio bom. Suponha-se, por exemplo, [...] que bom possa significar [ser definido como] aquilo que*

---

*not, expresses some new relation or affirmation, 'tis necessary that it shou'd be observ'd and explain'd; and at the same time that a reason should be given, for what seems altogether inconceivable, how this new relation can be a deduction from others, which are entirely different from it. But as authors do not commonly use this precaution, I shall presume to recommend it to the readers; and am persuaded, that this small attention wou'd subvert all the vulgar systems of morality, and let us see, that the distinction of vice and virtue is not founded merely on the relations of objects, nor is perceiv'd by reason”.*

<sup>19</sup> “[...] when I speak of the cognition or judgment that ‘X ought to be done’ - in the stricter ethical sense of the term ought - as a ‘dictate’ or ‘precept’ of reason to the persons to whom it relates [...]”

<sup>20</sup> A influência de Hume é muito mais nítida nas teorias de Sidgwick, Brentano, Rashdall e McTaggart. Ver Hurka (2003, p. 601-602).

<sup>21</sup> Embora a noção de valor intrínseco perpassasse toda a investigação conduzida nos *Principia*, sendo exemplo disso a discussão acerca do valor intrínseco da beleza (Moore, 1993, p. 135, §50), Moore apenas tratou detalhadamente dessa noção nos prefácios da primeira e da segunda edição dos *Principia* e em outras obras posteriores, como no artigo *The Conception of Intrinsic Value* e no livro *Ethics*. Uma lista mais completa das obras de Moore que tratam sobre a noção de valor intrínseco pode ser consultada em Dall’Agnol (2003).

<sup>22</sup> Embora exceda um pouco o escopo do presente artigo, mesmo porque uma investigação minuciosa acerca disso precisaria levar em consideração outras obras de Moore, não apenas os *Principia*, conforme Dall’Agnol (2003, p. 59-60), Moore adota duas posições acerca da concepção de valor intrínseco, as quais, às vezes, parecem entrar em conflito entre si: na primeira, algo possuir valor intrínseco significa que tem valor “por si próprio”, ou seja, mesmo que não seja tomado como um meio para obtenção de outra coisa (a essa concepção, Dall’Agnol chama de aristotélica); na segunda, algo possuir valor intrínseco significa que, mesmo se não houvesse nada além no mundo, seria bom que tal coisa existisse (ou seja, o critério para determinar se algo possui ou não valor intrínseco é uma espécie de “teste do isolamento”, como ficou conhecido entre os comentaristas).

<sup>23</sup> Moore não cunhou essa expressão, que foi adotada posteriormente pelos seus comentaristas.

*nós desejamos desejar. Assim, se aplicarmos essa definição a uma instância particular e dissermos “Quando pensamos que A é bom, pensamos que A é uma das coisas que nós desejamos desejar”, nossa proposição parece bem plausível. Mas, se levarmos a investigação adiante, e nos perguntarmos “é bom desejar desejar A?”, é aparente, após um pouco de reflexão, que essa questão é por si própria tão inteligível como a questão original “A é bom?” - que estamos, de fato, agora nos perguntando acerca da mesma informação sobre desejar desejar A, pela qual antes nos perguntamos em relação ao próprio A. [...] Pode mesmo ser verdadeiro que aquilo que desejamos desejar seja sempre também bom; talvez até mesmo a relação inversa possa ser verdadeira: mas é muito duvidoso se esse é o caso, e o mero fato de que entendemos muito bem o que significa duvidar disso, mostra claramente que temos duas noções diferentes diante de nós. (Moore, 1993, p. 67-68, §13)<sup>24</sup>*

Esse é um caso em que o texto original do autor parece mais convoluto do que as análises posteriores de seus comentadores. A dificuldade é parcialmente devida ao exemplo de definição de “bom” escolhido por Moore. Seja a propriedade  $G$  (“bom”) e uma outra propriedade  $N$  qualquer. Quando  $G$  é definido por meio de  $N$  ( $x. Gx \rightarrow Nx$ ), caso tal definição seja uma proposição analítica, dado um  $x$  qualquer que possua a propriedade  $N$ , então a pergunta “ $x$  é  $G$ ?” não é significativa, no sentido que, nesse caso,  $N$  é um traço essencial de  $G$  (linguisticamente,  $N$  é sinônimo de  $G$ ), e tal pergunta apenas demonstra certa incompetência daquele que fez a pergunta. Retomando o exemplo de definição analítica “solteiro é um homem não casado”, dado um  $x$  qualquer que seja solteiro, se alguém sabe que  $x$  é solteiro e mesmo assim pergunta “ $x$  é um homem não casado?”, isso apenas mostra que tal pessoa não sabe o que significa a propriedade “ser solteiro” (a pergunta é trivial). No entanto, Moore argumenta que, qualquer que seja a propriedade  $N$  por meio da qual se procure definir a propriedade  $G$ , seja um dado  $x$  que possua a propriedade  $N$ , a pergunta “ $x$  é  $G$ ?” sempre parece significativa e não trivial, o que mostra que a definição não é uma proposição analítica, mas sintética, e que, portanto,  $N$  não é um traço essencial de  $G$ . Por isso,  $G$  parece ser uma propriedade simples. A forma geral do argumento pode ser assim descrita, conforme Verbeek (2011, p. 239):

P1. Suponha que a propriedade  $G$  (“bom”) é idêntica a alguma outra propriedade  $N$  (por exemplo, “prazeroso”).

P2. “ $x$  tem a propriedade  $N$ ” significa, portanto, que “ $x$  tem a propriedade  $G$ ”.

C1. Qualquer pessoa que pergunte se um  $x$  qualquer que possui a propriedade  $N$  também possui a propriedade  $G$  estaria mostrando confusão conceitual. Essa pessoa não saberia o que  $G$  significa (simetria da identidade, P2).

P3. Entretanto, para toda e qualquer propriedade  $N$ , sempre é uma questão aberta se um  $x$  qualquer com a propriedade  $N$  também possui a propriedade  $G$ . Essa parece uma pergunta significativa que não mostra confusão conceitual.

P4. Se para toda e qualquer propriedade  $N$  sempre é uma questão aberta se um  $x$  qualquer

<sup>24</sup> “it may always be asked, with significance, of the complex so defined, whether it is itself good. To take, for instance, [...] that to be good may mean to be that which we desire to desire. Thus if we apply this definition to a particular instance and say “When we think that A is good, we are thinking that A is one of the things which we desire to desire,” our proposition may seem quite plausible. But, if we carry the investigation further, and ask ourselves “Is it good to desire to desire A?” it is apparent, on a little reflection, that this question is itself as intelligible, as the original question “Is A good?” - that we are, in fact, now asking for exactly the same information about the desire to desire A, for which we formerly asked with regard to A itself. [...] It may indeed be true that what we desire to desire is always also good; perhaps, even the converse may be true: but it is very doubtful whether this is the case, and the mere fact that we understand very well what is meant by doubting it, shews clearly that we have two different notions before our minds”.

com a propriedade  $N$  também possui a propriedade  $G$ , então  $N$  não pode ser idêntica a  $G$ .  
C2.  $N$  não é idêntica a  $G$  (*modus ponens*, P3, P4).

P5. Se  $N$  não é idêntica a  $G$ , então apenas  $G$  é idêntica a  $G$ . Desse modo,  $G$  é uma propriedade simples (primitiva) e não pode ser definida.

C3. Apenas  $G$  é idêntica a  $G$ . Desse modo,  $G$  é uma propriedade simples (primitiva) e não pode ser definida (*modus ponens*, C2, P5).

A mais óbvia objeção que se pode levantar ao argumento da questão aberta é que a premissa P3 é problemática.<sup>25</sup> Nem sempre é tarefa fácil perceber que uma propriedade é analiticamente idêntica a outra(s). É possível que haja definições tão complexas e/ou difíceis, que não seja fácil determinar se aquele que se pergunta sobre a identidade entre as propriedades envolvidas está confuso conceitualmente ou não. Um exemplo fornecido por Smith (1994, p. 36) é o seguinte. Suponha que “o conhecimento é uma opinião verdadeira justificada” seja uma definição no sentido pretendido por Moore (uma proposição analítica). Se uma pessoa identifica que algo é uma “opinião verdadeira justificada” e ainda assim se pergunta se esse algo é “conhecimento”, não é simples de se afirmar que essa pessoa demonstra incompetência conceitual. A pergunta não parece trivial. A essa crítica, no entanto, é possível responder que, embora não o pareça, a pergunta sempre é trivial quando se refere a uma definição analítica, pois trivialidade aqui não é sinônimo de simplicidade e/ou facilidade. Em princípio, sempre é possível, por análise dos conceitos que fazem parte de uma definição analítica, mostrar se essa pergunta é trivial. Assim, uma análise filosófica propriamente conduzida seria, por exemplo, capaz de mostrar que “opinião” corresponde a uma “crença”; que “verdadeira” é um valor lógico que se atribui a algo, quando se verifica que esse algo corresponde a um estado de coisas; e que “justificada” é quando existe algum procedimento racional confiável por meio do qual seja possível conduzir tal verificação. Conforme Moore, entretanto, não é possível fazer tal análise - nem mesmo em princípio - no caso de qualquer definição da propriedade “bom” em termos de propriedades naturais e/ou metafísicas. É nesse sentido que a questão sobre a identidade entre “bom” e outras propriedades não é trivial.

Uma outra objeção, atribuída originalmente a Frankena (1976), é que a premissa P3 torna o argumento de Moore circular, *i.e.*, que o argumento da questão aberta incorre em petição de princípio:

*Podemos apelar à nossa convicção de que existe uma questão aberta [em P3] apenas se essa convicção é bem fundamentada. Mas se o naturalismo analítico estiver correto, aquela convicção não é bem fundamentada: seriamente perguntar acerca de um  $x$  que é  $N$  se esse  $x$  também é “bom” mostra confusão conceitual, embora pensemos erroneamente que não. Então, podemos apelar à questão aberta [em P3] apenas se já tivermos estabelecido que o naturalismo analítico é incorreto. Uma vez que essa é a conclusão pretendida pelo raciocínio de Moore, ele não pode usar o argumento da questão aberta contra o naturalismo analítico sem incorrer em petição de princípio. (Miller, 2003, p. 15-16).<sup>26</sup>*

Alguns consideram essa uma forte objeção ao argumento de Moore.<sup>27</sup> No entanto, parece um

<sup>25</sup> Há muitas possíveis objeções ao argumento da questão aberta. Neste artigo não serão discutidas todas essas objeções, por limitação de espaço. Para uma discussão mais abrangente, ver Ball (1988), Frankena (1976), Harman (1977), Mackie (1990) e Putnam (1981).

<sup>26</sup> “We can appeal to our conviction that there is an open question at step (4) only if that conviction is well-founded. But if analytical naturalism is correct, that conviction is not well-founded: seriously asking of an  $x$  which is  $N$  whether it is also good will betray a conceptual confusion, even though we erroneously think that it does not. So we can appeal to the open question at step (4) only if we have already established that analytical naturalism is incorrect. Since that is the intended conclusion of Moore’s reasoning, he cannot use the COQA against analytical naturalism without simply begging the question”.

<sup>27</sup> Por exemplo, Harman (1977), Miller (2003) e Verbeek (2011).

certo exagero dizer que Moore incorreu em petição de princípio no argumento da questão aberta. O ponto principal é que a identidade entre a propriedade “bom” e outras propriedades naturais e/ou metafísicas não pode ser respondida por análise filosófica dos conceitos que correspondem a essas propriedades, pois a definição que estabelece a relação entre essas propriedades é uma proposição sintética.<sup>28</sup> Nesse sentido, tal definição também não seria capaz de apontar as notas características da propriedade “bom”. A premissa P3 é uma mera consequência disso. Pode-se sugerir, talvez, que seria preciso mostrar que todas as definições de “bom” são de fato proposições sintéticas, mas isso é tarefa impossível. A força do argumento reside justamente na plausibilidade da premissa P3: a análise de Moore nos *Principia* parece mostrar, de fato, que as definições de “bom” na tradição filosófica que o antecederam são proposições sintéticas. Desse modo, o argumento da questão aberta apenas pode ser considerado circular se retirado do contexto argumentativo dos *Principia*. Acerca disso é pertinente o seguinte comentário:

*Ao sustentar a posição metaética de que “bom” é indefinível, Moore não nega a verdade de todas as afirmações acerca de quais atividades ou experiências são boas; alega apenas que todas tais afirmações são “sintéticas e nunca analíticas,” ou nunca dão “o significado próprio da palavra”. Parte da posição de Moore em metaética é de fato a tese de que algumas de tais afirmações sintéticas que relacionam “bom” com estados de coisas empíricos são reconhecidas como verdadeiras por uma faculdade cognitiva de intuição. Especificamente, como um utilitarista do ato em ética normativa, Moore sustenta que as ações corretas são aquelas que maximizam a felicidade, embora novamente ele rejeite as tentativas que ele considera exemplificadas por Bentham e Mill, respectivamente, de tratar essas afirmações como definições do que significam “bom” e “correto”. (Ball, 1988, p. 198).<sup>29</sup>*

A estratégia geral de Ball (1988) para defender o argumento da questão aberta da objeção de circularidade apela não para a forma lógica do argumento, mas para seu caráter subjetivo: o verdadeiro teste proposto pelo argumento da questão aberta seria baseado na possibilidade **psicológica** de dúvida daquele que questiona sobre a relação entre um termo ou propriedade natural *N* e uma expressão moral *G*, ou de pensar que compreende tal dúvida. Essa dúvida se funda, em última análise, na intuição do interlocutor: “O teste de Moore mede a relutância intuitiva dos falantes de negar, por exemplo, que uma coisa prazerosa é boa” (Ball, 1988, p. 210).<sup>30</sup> Assim construído, Ball (1988, p. 207) sugere que “o argumento deve ser, no mínimo, não circular, uma vez que a premissa que pretende apenas afirmar um fato psicológico, sobre o que alguém pensa que deveria ser duvidado, não é por si própria meramente uma afirmação sobre o que esses termos significam [...]”.<sup>31</sup> Embora instigante, há algumas razões para se rejeitar a proposta de Ball (1988). A principal é que, por mais linguisticamente e/ou filosoficamente competente que possa ser aquele que se pergunta se é ou não aberta a pergunta sobre a identidade

<sup>28</sup> Uma outra crítica possível a Moore, sugerida por Harman (1977, p. viii), é que não haveria distinção real entre questões de significado e questões de substância, conforme argumentos de W. V. Quine “e outros filósofos”. Isso significa, por sua vez, que não haveria distinção real entre proposições analíticas e sintéticas. Uma discussão adequada dessa crítica não será possível neste artigo (pois seria necessária uma minuciosa análise da teoria de Quine, o que extrapola os limites da presente investigação), mas Ball (1998, p. 199) apresenta um interessante comentário sobre isso: caso a distinção entre proposições analíticas e sintéticas seja rejeitada, isso parece minar a objeção de que o argumento da questão aberta é inválido pois, nesse caso, o problema do argumento não seria devido à sua estrutura lógica, mas à ininteligibilidade de sua conclusão.

<sup>29</sup> “In holding the meta-ethical position that “good” is undefinable, Moore does not deny the truth of all statements about what activities or experiences are good; the claim is only that all such statements are “synthetic and never analytic,” or can never give “the very meaning of the word.” Part of Moore’s position in meta-ethics is in fact the thesis that some such synthetic statements connecting “good” with empirical states of affairs are known to be true by a cognitive faculty of intuition. Specifically, as an act-utilitarian in normative ethics, Moore holds that right actions are those which maximize happiness, though again he rejects the attempts which he finds exemplified in Bentham and Mill, respectively, to treat these statements as definitions of what “right” and “good” mean”.

<sup>30</sup> “Moore’s test measures the intuitive reluctance of speakers to deny, for instance, that a pleasant thing is good”.

<sup>31</sup> “the argument must be at least non-circular, since a premise purporting to state only a psychological fact, about what one thinks could be doubted, is not itself merely a statement about what terms mean [...]”.

entre uma propriedade natural *N* e uma propriedade moral *G*, não há qualquer meio de garantir que esse interlocutor não se equivoque. A resposta de Ball (1988, p. 209) a essa objeção é que o argumento da questão aberta: i) não afirma que as intuições linguísticas são uma refutação **conclusiva** do naturalismo ético, mas apenas que podem ser um indício relevante para essa refutação; e ii) não pretende refutar todas as definições naturalistas possíveis de antemão, sem antes submeter ao teste cada definição. Embora exista de fato um aspecto subjetivo no argumento da questão aberta, que é brilhantemente ressaltado por Ball (1988), não parece que Moore tenha pretendido conceder tanta ênfase a esse aspecto. Ainda assim, as considerações i) e ii) reforçam o que foi afirmado no parágrafo anterior: a força do argumento da questão aberta reside na plausibilidade de sua principal premissa.

## 5 Considerações finais

O presente artigo apresentou o realismo moral nos *Principia Ethica* de G. E. Moore. Procurou-se focar a análise nas seções iniciais dos *Principia*, em que Moore estabelece que: 1) “bom” é a noção mais importante de toda investigação moral e, portanto, a questão mais central de qualquer investigação ética é aquela acerca da natureza dessa propriedade; 2) a maior parte das teorias morais define “bom” por meio de outras propriedades naturais e/ou metafísicas, em proposições sintéticas; 3) entretanto, “bom” parece ser uma propriedade simples, primitiva ou indefinível (no sentido de que não é possível apresentar uma definição de “bom” que aponte suas notas características, ou seja, uma definição que consista em uma proposição analítica); 4) “bom”, conforme a distinção entre “ser” e “dever ser” proposta originalmente por Hume, parece também ser uma propriedade não natural; 5) se esse de fato é o caso, a maior parte da tradição filosófica comete os seguintes erros: i) tenta definir algo que é indefinível (“bom”); ii) confunde essa propriedade com outras que não lhe são próprias; e iii) no caso específico em que “bom” é confundido com uma ou mais propriedades naturais, confunde uma propriedade não natural (“bom”) com propriedades naturais; 6) Moore atribui às teorias que cometem esses erros o que chama de “falácia naturalista”, embora não seja rigoroso no uso dessa expressão, que parece se aplicar mais especificamente ao caso em que os erros i) e ii) são cometidos; 7) para justificar que “bom” parece ser uma propriedade simples, Moore apresenta o argumento da questão aberta, que, embora sujeito a críticas, torna sua teoria plausível, na pior das hipóteses.

O problema principal com a teoria de Moore não são seus argumentos, tão duramente criticados pelos comentadores, mas as implicações do tipo de realismo moral que esses argumentos defendem. Se “bom” é uma propriedade indefinível, e a análise de proposições analíticas é a principal, se não a única atividade filosófica genuína, então, o que resta aos filósofos morais? Não seria talvez o caso de sugerir que a investigação moral está além daquilo sobre o qual podemos falar com sentido, como afirmava Wittgenstein? Não é surpreendente que a publicação dos *Principia* tenha causado grandes repercussões e uma certa paralisia na investigação moral imediatamente posterior. Essa inércia desdobrou-se nas reações tardias das correntes subjetivistas, expressivistas e da teoria do erro de Mackie (1990), mas esses são assuntos que extrapolam os limites deste artigo.

## Referências

- BALL, S. W. 1988. Reductionism in Ethics and Science: A Contemporary Look at G. E. Moore's Open-Question Argument. *American Philosophical Quarterly*, **25**(3): p. 197-213.
- DALL'AGNOL, D. 2003. Intrinsic value: Analysing Moore's Aristotelian approach. *Ethica@: Revista Internacional de Filosofia da Moral*, **2**(1): p.59-82.
- DARWALL, S. 2003. Moore, Normativity and Intrinsic Value. *Ethics*, **113**(3): p. 468-489.

- FRANKENA, W. 1976. The naturalistic fallacy. In: W. Frankena (ed.), *Perspectives on Morality*. Notre Dame, University of Notre Dame Press, p. 1-11.
- HARMAN, G. 1977. *The Nature of Morality*. An Introduction to Ethics. Oxford, Oxford University Press, 165p.
- HUME, D. 2007. *A Treatise of Human Nature*. Vol. 1. Edited by David F. Norton and Mary J. Norton. Oxford, Oxford University Press, 448p.
- HURKA, T. 2003. Moore in the Middle. *Ethics*, **113**(3): p. 599-628.
- MACKIE, J. L. 1990. *Ethics: inventing right and wrong*. London, Penguin Books, 249p.
- MILLER, A. 2003. *Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge, Polity Press, 316p.
- MOORE, G. E. 1993. *Principia Ethica*. Cambridge, Cambridge University Press, 352p.
- PUTNAM, H. 1981. *Reason, Truth and History*. Cambridge, Cambridge University Press, 222p.
- SENSEN, O. 2014. Moral realism and its alternatives. *Dissertatio: Revista de Filosofia*, **39**(1): p. 11-30.
- SIDGWICK, H. 1962. *The Methods of Ethics*. 7th Ed. London, Palgrave MacMillan, 558p.
- SMITH, M. 1994. *The Moral Problem*. Oxford, Basil Blackwell, 227p.
- VERBEEK, B. J. E. 2011. The Open Question Argument. In: Bruce, M.; Barbone, S. (Eds.). *Just the Arguments: 100 of the Most Important Arguments in Western Philosophy*. New York, Wiley, p. 237-239.

*Submetido em 30 de junho de 2024.*

*Aceito em 01 de agosto de 2024.*